


A CAPITAL E O INTERIOR: INFLUÊNCIAS DA CRIAÇÃO DE GOIÂNIA NA URBANIZAÇÃO DO MATO GROSSO DE GOIÁS


The state capital and the countryside: influences of the creation of Goiania on the urbanization of its hinterland (Mato Grosso de Goiás)

Anderson Dutra e Silva^a

 <https://orcid.org/0000-0001-5247-0870>


E-mail: dimdutra74@gmail.com

Patrick Thomaz de Aquino Martins^b

 <https://orcid.org/0000-0003-3814-3982>

E-mail: patrick.martins@ueg.br

Sandro Dutra e Silva^c

 <https://orcid.org/0000-0002-0001-5726>

E-mail: sandrodutr@hotmail.com

^a Universidade Evangélica de Goiás, Anápolis, Goiás, Brasil.

^b Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, Goiás, Brasil.

^b Universidade Estadual de Goiás, Universidade Evangélica de Goiás, Anápolis, Goiás, Brasil.

RESUMO

Na década de 1930, Goiás passou por transformações históricas significativas em consonância com as mudanças políticas do novo governo do presidente Getúlio Vargas. A ambição de criar uma nova capital para substituir a antiga teve, ao mesmo tempo, vontade política e econômica. Nesse período, alguns políticos, arquitetos e engenheiros apoiaram a ideia de criação de uma nova “metrópole” que poderia ser construída para aumentar a industrialização e a produção de alimentos no Brasil Central. O modelo de cidade progressista foi a preferência da maioria, pela distribuição ordenada dos espaços e pela sua visão sobre sistemas de transporte e produção de energia. Nosso enfoque privilegia o papel da natureza selvagem para justificar o sucesso da construção de uma cidade moderna que atrairia pessoas para explorar os recursos naturais e produzir riquezas. A natureza é destacada também como um ambiente a ser domado e também por outras finalidades úteis ao contexto urbano da nova capital de Goiás. A pesquisa documental se baseou em diferentes fontes e arquivos, com vasto material coletado em jornais da década de 1930, artigos, mapas e reportagens que tratavam da atmosfera que antecedeu a criação e construção de Goiânia. Nosso argumento é que, no cerne do projeto urbano, as questões naturais desempenharam papel histórico importante, seja pela fertilidade do solo, pela topografia e a disponibilidade de rios.

PALAVRAS-CHAVES

História ambiental. Urbanização. Mato Grosso de Goiás. Goiânia.

ABSTRACT

In the 1930s Goiás underwent significant historical transformations in line with the political changes of the new government of President Getúlio Vargas. The ambition to create a new capital city to replace the old one had, at the same time, political and economic will. During this period, some politicians, architects, and engineers supported the idea of creating a new “metropolis” that could be built to increase industrialization and food production in Central Brazil. The progressive city model was the preference of the majority, due to the orderly distribution of spaces and its vision of transport systems and energy production. Our approach privileges the role of wild nature in justifying the success of building a modern city that would attract people to explore natural resources and produce wealth. Nature is also highlighted as an environment to be tamed and also for other useful purposes in the urban context of the new capital of Goiás. The archival research was based on different sources and archives, with vast material collected in newspapers from the 1930s, articles, maps, and reports that dealt with the atmosphere that preceded the creation and construction of Goiânia. We argue that at the heart of the urban project, natural issues played an important historical role, whether due to soil fertility, topography, or the availability of forests and rivers.

KEYWORDS

Environmental History. Urbanisation. Goiânia. Mato Grosso de Goiás.

A interiorização do território brasileiro sempre foi um desejo dos governantes como uma forma de ocupação e consolidação territorial (Maia, 2019; 2013; 2012). A região centro-oeste representava uma imensa área com baixa população até o início do século XX (Maia, 2008; 2010). Na década de 1930, a partir da intervenção no governo de Goiás pelo presidente Getúlio Vargas (1882-1954), inicia-se o processo de “urbanização” do estado. Não que no passado não houvesse cidades e assentamentos urbanos. O que se destaca aqui é um processo de busca por desenvolvimento econômico baseado na consolidação de centros urbanos populosos, onde a garantia de ganho financeiro seria o consumo, apoiando-se em exemplos das cidades do sudeste do país (Dutra e Silva, 2019; 2017). Embora a criação de Goiânia tenha observado, em sua gênese, conceitos do emergente urbanismo do final do século XIX e do início do século XX (Diniz, 2007; 2017), o crescimento populacional que se seguiu não diferiu (em termos gerais) do modelo que se difundiu no Brasil a partir da década de 1960 (Santos, 1996).

Os estudos históricos e ambientais têm nos encorajado a pensar essa dinâmica territorial a partir dos processos da fronteira. A fronteira, nessa abordagem, não procura apenas reproduzir a tese fundante de F. J. Turner (2010), muitas vezes criticada como romântica e ideológica (Worster, 1992). A tese da fronteira nos auxilia a compreender as diferentes nuances que envolvem história e natureza no processo de pensar, planejar e ocupar os espaços e, ao mesmo tempo, de estabelecer a relação entre o rural e o urbano e seus caminhos de interdependência (Cronon, 1991; Worster, 1992). Esses estudos indicam que, além da relação entre processos de ocupação territorial e a fundação urbana pioneira, outros elementos de integração e logística territorial se estabelecem (Cronon, 1991; White, 1994). Ao mesmo tempo, a fronteira estabelece novas questões culturais, forjadas na interação entre sociedade e o mundo natural (Smith, 2009; White, 1994). Na América Latina, os estudos históricos ambientais e mesmo de geografia histórica envolvendo as questões urbanas reforçam o papel da fronteira e natureza, bem como os recursos naturais de se pensar a cidade na relação com os espaços de ruralidade (Dutra e Silva, 2017; Kohlhepp, 2020; Coy; Klingler; Kohlhepp, 2017). Mais recentemente a história urbana tem se consolidado como um campo emergente dentro da historiografia ambiental, ampliando as análises da relação natureza-cidade (Keyes, 2000; Platt, 1999; Schott, 2004; Stephenson, 2005).

Cronon (1991) apresenta, no estudo sobre o papel de Chicago na transformação do meio-oeste dos Estados Unidos, a ideia de primeira e segunda naturezas. No primeiro caso, os longos processos naturais esculpiram o caminho dos rios e lagos, dotaram os campos de solo fértil e relevo suave, fizeram crescer grandes florestas de árvores frondosas. Apoiados nesses recursos, o que ele chamou de “*boosters*”, empresários do setor imobiliário utilizaram do discurso de que era necessário instalar uma “metrópole” para que o “*hinterland*” pudesse ser explorado e, de certa forma, “domesticado”. Daí, surge uma nova (e segunda) natureza, com ruas, estradas e construções, formando os aglomerados urbanos, com canais, ferrovias, plantações e criação de rebanhos, ocupando a paisagem das pradarias e bosques. Ainda atesta que, à medida que algo predito como benefício frustrava as previsões, como canais assoreados que impediam a passagem de embarcações, os discursos eram modificados, sempre mantendo o natural como coadjuvante ou como algo a ser apropriado para o benefício econômico.

Dessa forma, o conceito de *hinterland* é fundamental para o desenvolvimento dos argumentos de Cronon (1991) em sua descrição de Chicago como uma metrópole da natureza, na medida em que a definição privilegia uma relação de interdependência entre

campo e cidade¹. Nesse sentido, seus estudos e fontes apontam para escolhas em que a natureza passa a ser fundamental para a escolha da cidade. Por sua vez, essa relação com os diferentes recursos naturais e o mundo natural que circunda o urbano indicam potencialidades na circulação entre as intenções urbanas e os recursos naturais do mundo rural:

The great city would lie near the middle of the central valley where most Americans would ultimately dwell. It would have numerous and abundant resources in its hinterland. It would be at the location furnishing the widest access to the region as a whole, which meant that it would be on the Great Lakes, not a river. "River cities," he claimed, "gather in productions from the surrounding districts which seek an eastern market through lake harbors [...]" Cities on the lakes could gather the products of several river valleys and so offered a wider field for trade" (Cronon, 1991, p. 41).

O papel da primeira natureza, no caso de Chicago, funciona com suporte fundamental para o estabelecimento da segunda natureza. E nesse caso, estrategicamente, a posição de Chicago às margens dos grandes lagos favoreceriam a relação de interdependência com esse vastos *hinterland*, proporcionando potencialidades estratégicas na relação entre o urbano e o rural (metrópole e natureza)

Na criação de Goiânia, os termos "metrópole" e "*hinterland*" foram utilizados para reforçar a real necessidade do surgimento de uma cidade que seria o catalizador do desenvolvimento do estado. O engenheiro Armando de Godoy (1876-1944), que participou de parte do projeto urbanístico², afirmava nos anos 1930 que "riquezas extraordinárias ainda não puderam ser exploradas por vários motivos, entre os quais figura o de não ter ainda aí surgido uma cidade moderna" (Sabino Jr., 1960). Em 1937, Abelardo Coimbra Bueno (1911-2003) diz, em matéria do "Jornal do Brasil", que a construção da capital de Goiás era um "oásis no *hinterland*", comparando o Cerrado goiano a um deserto (Dutra e Silva, 2019). Embora as obras não representassem o discurso pronunciado, a "segunda natureza" se sobrepunha à "primeira", trazendo promessas de investimentos lucrativos, tendo como negociantes o próprio e seu irmão Jeronymo Coimbra Bueno (1909-1996).

Em tais discursos, a natureza possui uma dupla representação. Primeiramente, figura como barreira, como por exemplo as matas fechadas e frondosas, os rios profundos que impedem a continuidade do caminho ou a ameaça de animais predadores ou peçonhentos. Mas também, ela pode ser percebida como mantenedora de infindos recursos a serem descobertos e explorados, gerando riquezas, em especial as que podem ser transformadas em produtos industrializados. Nesse contexto, as grandes áreas pouco habitadas evocavam um desperdício econômico que só poderia ser combatido pelo povoamento em cidades capacitadas de mão de obra e preparadas para o consumo.

Não que não houvesse atividades econômicas em Goiás nesse período. O fim da abundância do ouro fez surgir uma nova economia, a pecuária. Mais uma vez, a "primeira natureza" supriu a paisagem de campos para pastagem, onde o rebanho se movimenta e multiplica em busca de alimento. Desta forma, havia no estado uma população maior de bovinos do que de seres humanos (Campos, 2015). Porém, o desafio da produção de espaços urbanos habitados tinha, aos olhos dos que a isto idealizavam, uma "barreira" que

¹ A principal influência para a construção do conceito de *hinterland* para os argumentos de Cronon foi a do economista alemão Johann Heinrich von Thünen (1783-1850), conhecido pela teoria do "Estado Isolado", no qual propõe análises sobre o espaço, mercado e a geografia rural-urbana, no qual este conceito se estabelece. Sobre o tema ver Portugal (1984) e Cronon (1991).

² Após encerramento de contrato com Atílio Corrêa Lima em 1935, a empresa Coimbra Bueno & Cia. Ltda. foi contratada, tendo o engenheiro Godoy como seu consultor.

era a vasta área “desocupada”, que ainda permanecia “selvagem”. Tanto que, em 1931, há no jornal “Voz do Povo” uma publicação sobre a nova capital³, escrita por um engenheiro chamado Carlos Haas, na qual este traz propostas para um esboço de projeto para a nova cidade. Entre as observações, cita as terras do Mato Grosso de Goiás por sua fertilidade, porém faz observações que essa região é ainda “selvagem”, mas que pode servir ao desenvolvimento com o lucro das vendas de lotes.

O objetivo dessa pesquisa é, então, fazer análises de áreas citadas por Haas, baseando-se em mapas antigos e bases cartográficas georreferenciadas, buscando relações dos recursos naturais com o desejo de ocupação e parcelamento do solo. Também, procura-se compreender o papel da natureza nos discursos para a justificativa para o desenvolvimento, sendo utilizadas ainda publicações de jornais e documentos obtidos por meio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A NOVA CAPITAL, O CAMPO E O SONHO INDUSTRIAL

O presente estudo utilizou como embasamento metodológico a abordagem adotada por William Cronon em seu livro “Nature’s Metropolis”, o qual se utiliza da perspectiva da História Ambiental. Nessa obra, o autor cita episódios de sua infância e seu deslumbramento com a riqueza e exuberância da paisagem dos Estados Unidos quando viajava de carro com sua família da região da Nova Inglaterra para o estado do Wisconsin. Um ponto decepcionante para ele era quando atravessava a região do meio-oeste, especialmente os arredores de Chicago. A monotonia das fazendas extensas e a sujeira nos arrabaldes da metrópole tornavam aquele trecho do trajeto desinteressante, nada atraente. Anos depois, já como universitário, começa estudar o papel da capital do estado de Illinois na transformação da paisagem e no “espírito” da busca por oportunidades de mudança de vida e ganho econômico no grande centro urbano. Observa que, em publicações e propagandas do século XIX na imprensa do leste americano, agentes imobiliários utilizavam a natureza da região para justificar o sucesso do empreendimento e promover as vendas de lotes (Cronon, 1991).

Em semelhança dessa visão, é possível perceber que a criação da nova capital de Goiás teve o meio ambiente utilizado no discurso que justificava a mudança do centro de poder (Mendonça, 2018). Deixando de lado (não muito) as questões político-administrativas e fazendo um recorte da capacidade da nova urbe promover a economia de todo o estado, é possível perceber um alinhamento nos discursos dos agentes mais importantes dessa empreitada. O “eurocentrismo”, que ocupava espaço no planejamento urbano no Rio de Janeiro e em São Paulo no início do século, negava a cidade depreciada pela indústria dos séculos XVIII e XIX, tendo no urbanismo emergente o antídoto para os problemas sanitários e edifícios. O papel de Alfred Agache (1875-1959) influenciou diretamente os profissionais que projetaram Goiânia. O “sucesso” de Belo Horizonte mostrava o caminho de como algo parecido com uma metrópole podia transformar a paisagem rural em horizonte edificado em semelhança às grandes e importantes cidades europeias (Bruand, 1997).

Para os urbanistas franceses Tony Garnier (1869-1948) e George Benoit-Lévy (1880-1971), a nova cidade do século XX deveria ser a cidade industrial, no que foi classificado como urbanismo progressista. Isso não significa que se devia retomar os espaços degradados e insalubres dos séculos XVIII e XIX, mas que o ponto central da aglomeração urbana deveria ser uma indústria principal, ao redor da qual surgiriam centros habitacionais que ofertariam mão de obra e aumentariam o consumo. De certo que, para

³ “Memorial: ligeiras considerações acerca da mudança da capital do estado de Goyas”. Voz do Povo, edição 186 de 27 de fevereiro de 1931 – Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

isto, seria necessário se posicionar próximo a um manancial hídrico suficiente para gerar energia elétrica (em primazia para as fábricas), além de estar na proximidade das vias de transporte, especialmente de ferrovia com capacidade para trens de maior velocidade. O ideal seria a siderurgia, devendo ter mineração nas proximidades ou, pelo menos, em local que permitiria o transporte sem maiores empecilhos. A setorização garantiria a higiene e o bem-estar dos cidadãos. O termo “cidade-jardim” utilizado por Benoit-Lévy não fazia referência ao movimento culturalista de Ebenezer Howard (1850-1928), mas a um elemento separador e purificador do ar, uma vez que a maior parte da energia gerada para fabricação vinha da queima de carvão mineral, que expele poluentes no ar (Choay, 2015).

Isso, de certa forma, tem relação com o que Cronon (1991) relata sobre a justificativa da implantação de Chicago no meio oeste norte americano. A presença de rios e lagos poderia providenciar canais navegáveis para transporte de bens, assim como as vias de acesso terrestre. As pradarias produziram plantações e criação de animais. Embora o que se deu foi muito mais a dificuldade de navegação devido ao assoreamento dos canais, que vez ou outra precisavam ser desobstruídos, e a impossibilidade de circulação nos períodos chuvosos por vias lamacentas, os empreendedores iam sempre ajustando o discurso para fazer caber em seus argumentos a riqueza natural da região. A propaganda acabou atraindo cada vez mais pessoas à cidade, a qual passou a figurar como um centro de oportunidades, e, à medida que crescia, necessitava e demandava de recursos, como madeira e lenha das grandes florestas ao norte dos Estados Unidos e Sul do Canadá e, também, de produção agropecuária, o que fez vários fazendeiros venderem suas terras em estados do sul em busca de preços melhores para os seus produtos junto à metrópole que se expandia.

Tal desejo (de expansão territorial, populacional e econômica) inspirava aqueles que pensavam Goiânia. O engenheiro Armando de Godoy (mencionado anteriormente) apresenta um relatório ao interventor Pedro Ludovico Teixeira em 1933, iniciando sua argumentação, justificando a criação de uma “cidade moderna” com “sua ação civilizadora e econômica”. Sustenta que, no passado, as cidades eram utilizadas como demonstração de poderio econômico dos governantes, servindo muito mais como cenários de ostentação e gasto do que como produtoras de oportunidades. Continua salientando que o advento da indústria propiciou nova mentalidade, na qual os novos espaços urbanos eram centros de trabalho, cultura e ordem, desde que, claro, fossem submetidas aos conceitos do urbanismo. Em certa medida, corrobora com a análise de Cronon (1991), ao afirmar que “valorização das regiões circunvizinhas e o impulsionamento dos trabalhos agrícolas acompanharam sempre o estabelecimento e a expansão de vários núcleos de população no grande país do norte deste continente” (IBGE, 1942, p. 15), referindo-se às cidades norte americanas. Ele, também, utiliza o exemplo de Belo Horizonte com seu potencial de atrair indústrias.

Em matéria do periódico “O Jornal”⁴, sediado no Rio de Janeiro, o correspondente relata que o engenheiro construtor de Goiânia, Jeronymo Coimbra Bueno, defendia uma rede aérea no Brasil, tendo a capital de Goiás como um dos pontos principais para esse sistema de transporte. Sustentava que deveria haver voos regulares vindos de São Paulo com aeronaves com capacidade para transportar produtos. Em outro meio de comunicação da capital fluminense (então capital do país), Abelardo Coimbra Bueno exaltava a nova cidade, dizendo que ela era um “oásis no sertão”⁵. Continua com a exaltação de que a construção chamara a atenção das regiões mais abastadas do país, sustentando que a

⁴ “A navegação aérea no Brasil e a criação do Ministério do Ar” O Jornal, Edição 05099 (2) - 02/02/1936 – Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵ “Passa sobre Goiás um ‘sopro de progresso’” Jornal do Brasil Edição 0005 (1) – 07/01/1937 – Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

produção agropecuária havia mais do que dobrado em seis anos. O termo que utiliza é “progresso”, suscitando uma ideia de que a natureza (cenário anterior) representava atraso. Neste contexto, o papel que se esperava dela era o de fornecer recursos para ganhos econômicos, tendo, no apoio de aglomerados urbanos, o suporte necessário tanto de mão de obra quanto de conexões de transporte.

É nesse sentido que se procura entender a mentalidade que não só fez surgir a nova capital de Goiás, mas, também, novos centros urbanos e que desenvolveu pequenas vilas antes inexpressivas. Por ora, abandona-se a abordagem do urbanismo em favor de uma reflexão onde o meio ambiente é utilizado como elemento garantidor da empreitada. Na próxima seção, será feita uma realção entre a criação de uma cidade *ex nihilo* no desenvolvimento econômico de certas regiões do estado para, posteriormente, buscar entender como conceitos do urbanismo foram utilizados como pretexto para criações de unidades urbanas para ganhos econômicos. Para tal, foram utilizados mapas das décadas de 1920 e base cartográfica do Sistema Estadual de Geoinformação (SIEG). Os planos de Goiânia não serão analisados pois o objetivo principal é refletir sobre área proposta por Carlos Haas em memorial publicado em 1931.

O MATO GROSSO DE GOIÁS E O DESEJO URBANO

Um dos principais pressupostos da história ambiental é o de estabelecer uma determinada ecorregião para descrever a relação entre sociedade e natureza (Worster, 1991; Drummond, 1991). Para Drummond (1991) a maioria dos estudos históricos ambientais procuram desenvolver suas análises em uma determinada região que apresente homogeneidade ou mesmo uma identidade ecológica, o que aproxima esse tipo de investigação à história natural. Donald Worster (1991) por sua vez nos orienta a ampliarmos a nossa objetiva investigativa e aventurarmos em territórios disciplinares das ciências naturais, fundamentais para o saber histórico ambiental. Isso porque, as ciências naturais podem oferecer ferramentas e fundamentos indispensáveis para o historiador ambiental, sobretudo quando ele precisa lidar com documentos que lidam com a reconstrução de paisagens preteridas. Essas assertivas são importantes para a nossa investigação, na medida em que nos propomos a analisar uma formação floresta que não existe mais, e que já na metade do século XX havia perdido praticamente 80% de sua formação fitogeográfica, que é o Mato Grosso de Goiás (Dutra e Silva, 2017).

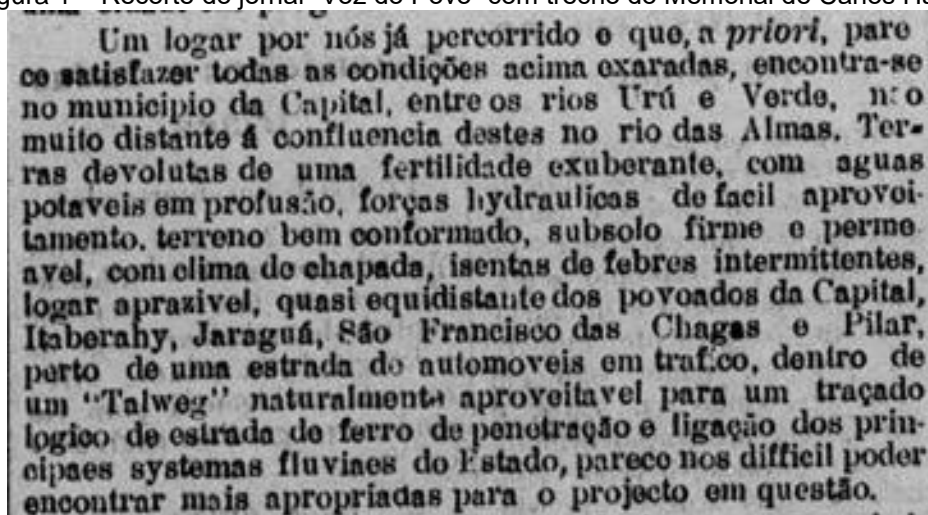
No caso do Mato Grosso de Goiás, ele é descrito nos documentos do início do século XX como uma floresta tropical e que passava a receber incentivos para a sua colonização a partir da política da Marcha para Oeste (Dutra e Silva, 2017). Além das características ecológicas da grande floresta tropical, ela também apresentava características edáficas distintas, o que a caracterizava como terra de solos férteis e profundos, diferente das formações savânicas típicas do Cerrado (Dutra e Silva, 2023; 2020). Nesse sentido, o Mato Grosso de Goiás e as formações florestais descritas pelas fontes que iremos analisar adiante são fundamentais para distinguir essa formação vegetal das paisagens dominantes do Cerrado (Ab'Sáber, 2000).

A partir da intervenção federal de 1930, foi cogitada a mudança do centro de poder goiano, seja por conta de questões de incômodo político, seja por questões relacionadas ao higienismo e ao desenvolvimentismo. Sobre o incômodo, menciona-se que Pedro Ludovico Teixeira não pertencia aos clãs que comandavam o poder em Goiás, daí a saída do território de seu domínio (Campos, 2002; Chaul, 2009). Quanto a insalubridade, comum em muitas cidades brasileiras de então, é um tema muito importante no projeto de “planificação” de cidades na América Latina, especialmente por influência francesa, onde o

urbanismo emergente trazia soluções aos problemas da falta de planejamento das cidades que cresceram desordenadas (Lejeune, 1996; Lejeune; Beusterien; Menocal, 1996; Monzote, 2019; Sosa, 2006). Se as críticas sobre a cidade de Goiás⁶ advinham do período do império por relato de Couto Magalhães (Corrêa Lima, 1937), depois de trinta anos passados do século XX, o sentimento talvez ganhasse ainda mais força.

O memorial publicado pelo engenheiro Carlos Haas traz informações sobre região defendida por ele como ideal para a construção da nova capital. O recorte do jornal “Voz do Povo” (figura 1) aponta geograficamente elementos naturais que identificariam o local, mas também reforçariam seus argumentos. Na sua visão, a fertilidade das terras, a topografia pouco acidentada, o clima e a abundância hídrica seriam os principais condicionantes para a escolha do terreno da cidade. Para analisar essa relação entre os elementos naturais e a ocupação, foram utilizados mapas da época e base de dados georreferenciados. O objetivo é, através de representações e registros gráficos desses documentos do período analisado, identificar como eram as possíveis configurações urbanas e naturais e tentar compreender a visão que Haas tinha sobre o local. Na publicação, pode-se destacar os rios Uru, Verde e das Almas. Também são louvadas as capacidades hídrica e de fertilidade do solo. O relevo possibilitaria a construção de estradas e ferrovias que, em paralelo à terra fértil, representam a distribuição de bens agrícolas aos centros consumidores.

Figura 1 – Recorte do jornal “Voz do Povo” com trecho do Memorial de Carlos Haas.



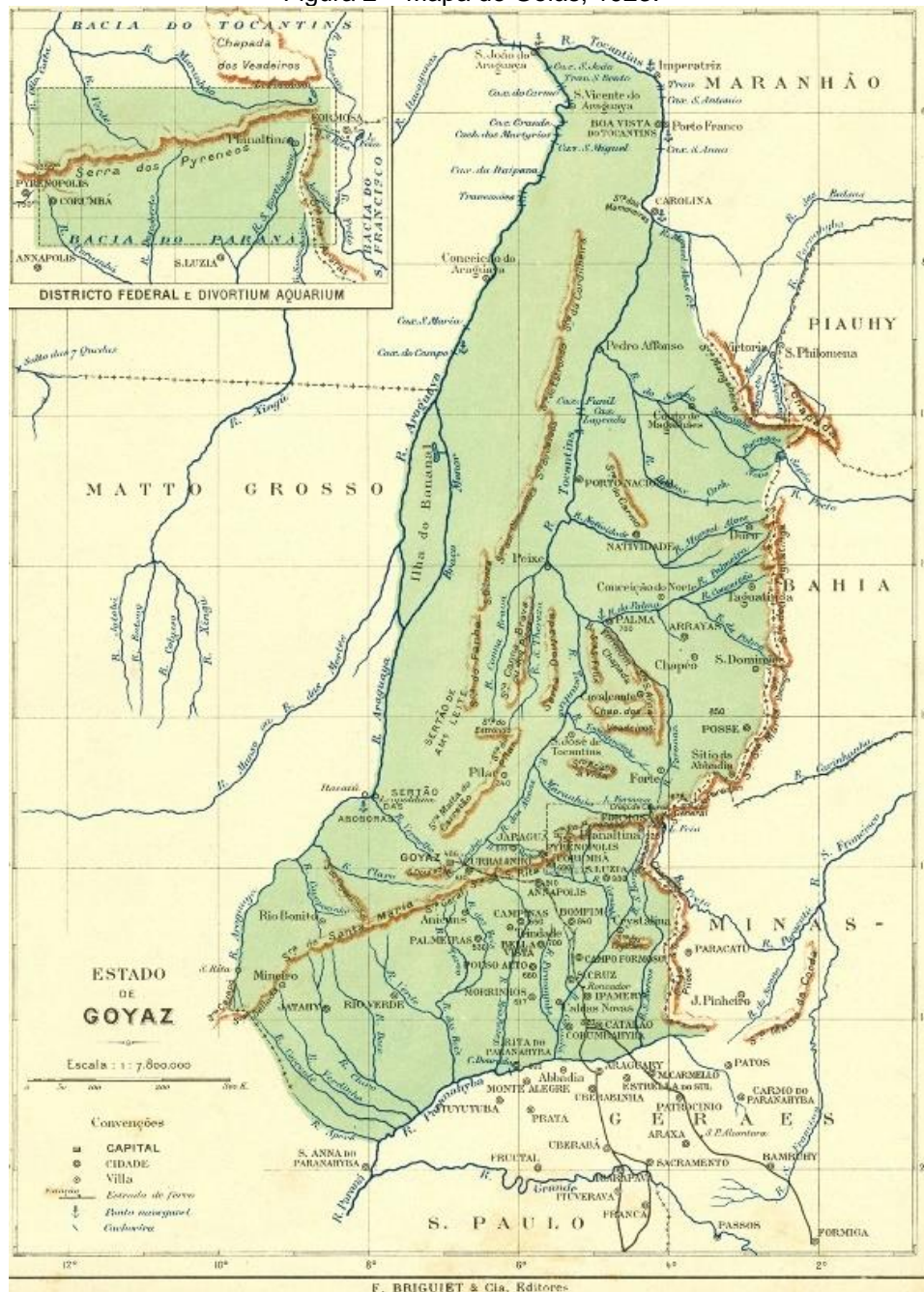
Fonte: Voz do Povo, edição 186 de 27 de fevereiro de 1931

Foi obtido, para esse fim, um mapa do estado de Goiás (figura 2), datado de 1923, por volta de oito anos antes da publicação do memorial. Nele, ainda consta todo estado do Tocantins que ainda fazia parte do território goiano. É possível perceber em detalhe destacado, na parte superior à esquerda, a área delimitada para o Distrito Federal. A maioria das cidades (ou vilas) indicadas está disposta na região centro-sul do estado, com menor indicação de povoamento no vetor noroeste. O registro de rios, parte da “primeira natureza”, guarda uma gigantesca proporção em relação às vias férreas e aglomerados urbanos, a “segunda natureza” (Cronon, 1991). Não fica claro, até porque não há legenda indicativa, mas tem-se a impressão de que o trecho de ferrovia de Ipameri até Anápolis está

⁶ Em justificativa para substituição da capital de Goiás, o interventor Pedro Ludovico Teixeira caracteriza a cidade de Goiás como inapropriada devido ao relevo mais acidentado e ao solo rochoso que impediria a instalação de tubulações de água e esgoto, entre outros elementos que julgava ser dificultadores.

previsto, porém não concluído. Todavia, há a mesma indicação até a cidade de Goiás, que era capital. Também, pode ser vista a localização de Campinas que, mais tarde, se tornaria o polo pioneiro para implantação de Goiânia, sendo incorporada depois, passando à condição de bairro. Além de cursos hídricos e serras representados, há vários registros de localidades identificadas com “sertão”. Pode-se imaginar que tais localidades representavam regiões pouquíssimo exploradas, onde, talvez, a natureza estivesse mais preservada segundo suas condições e transformações naturais.

Figura 2 – Mapa de Goiás, 1923.



Fonte: F. Briguiet & Cia, Editores, 1923.

Para analisar o mapa, viu-se necessário o georreferenciamento da imagem, utilizado o software QGIS. A intenção desta ação é ajustar os registros da época aos dados mais

precisos atuais. Desta forma, é possível tanto aproximar a percepção espacial da época a instrumentos de análise de agora como, também, criar base de dados para investigações futuras. A primeira ação, antes do georreferenciamento, dá-se por utilizar um mapa-base, o qual foi obtido através do SIEG. Foram descarregados o mapa do estado de Goiás e as localidades, que são pontos que marcam as sedes dos municípios. Como critério de seleção, foram destacadas apenas as cidades que estão representadas no mapa antigo, as quais foram utilizadas como referência para o ajuste da imagem às coordenadas reais. Algumas situações tiveram que ser observadas, como, por exemplo, os limites do estado que podem ter sido modificados, a separação do que hoje é o estado do Tocantins e alguns nomes de cidades que mudaram. Para se ter maior precisão no georreferenciamento, foram separadas 20 cidades como pontos de controle, das quais optou-se, por confiabilidade das informações, por 16 pontos para o alinhamento.

Foi utilizado o *plug in Gerefencer* para georreferenciar a imagem. Os pontos do mapa antigo foram alinhados com os do mapa-base, fazendo-se a seleção com o cursor do *mouse* sobre o ponto que representa a cidade tanto na imagem quanto da feição. A partir da definição do último ponto, fez-se o alinhamento, utilizando a opção do tipo de transformação “projetiva” e do método de reamostragem “vizinho mais próximo”. Foram selecionadas as cidades que aparecem no mapa em questão. Alguns nomes mudaram e, na atualidade, pode-se identificar que Pouso Alto, por exemplo, passou a se chamar Piracanjuba, Bomfim se chama Silvânia, Campo Formoso se chama Orizona, Santa Luzia se chama Luziânia, São José do Tocantins se chama Niquelândia, Chapéu se chama Monte Alegre de Goiás, Santa Rita do Paranahyba se chama Itumbiara, Rio Bonito se chama Caiapônia, Curralinho se chama Itaberaí e, por fim, Campinas foi incorporada à capital Goiânia.

De acordo com o que indicou o engenheiro Carlos Haas em 1931, como dito anteriormente, o local para construir a nova capital de Goiás deveria ter pontos fundamentais como o relevo pouco acidentado, a capacidade hídrica para abastecer a população e gerar energia elétrica, a facilidade de purificação do ar por meio de jardins e bosques, a fertilidade do solo nas regiões suburbanas, a facilidade de construção de vias de transporte, entre outras características. Nesse sentido, Haas faz apontamentos bem próximos aos de Garnier (Choay, 2015). Ainda ressalta que a cidade de Goiás, devido ao equívoco da sua escolha no passado, jamais poderia ser o “mecanismo econômico, administrativo e político” que representa a “sede da concentração da vida”⁷. Reforça que, para se obter um centro populoso que satisfaça tais necessidades, deve-se escolher local “virgem”, uma vez que nenhuma cidade no estado reunia tais qualidades. Então, faz indicação de área já verificada por ele, dizendo que essa área:

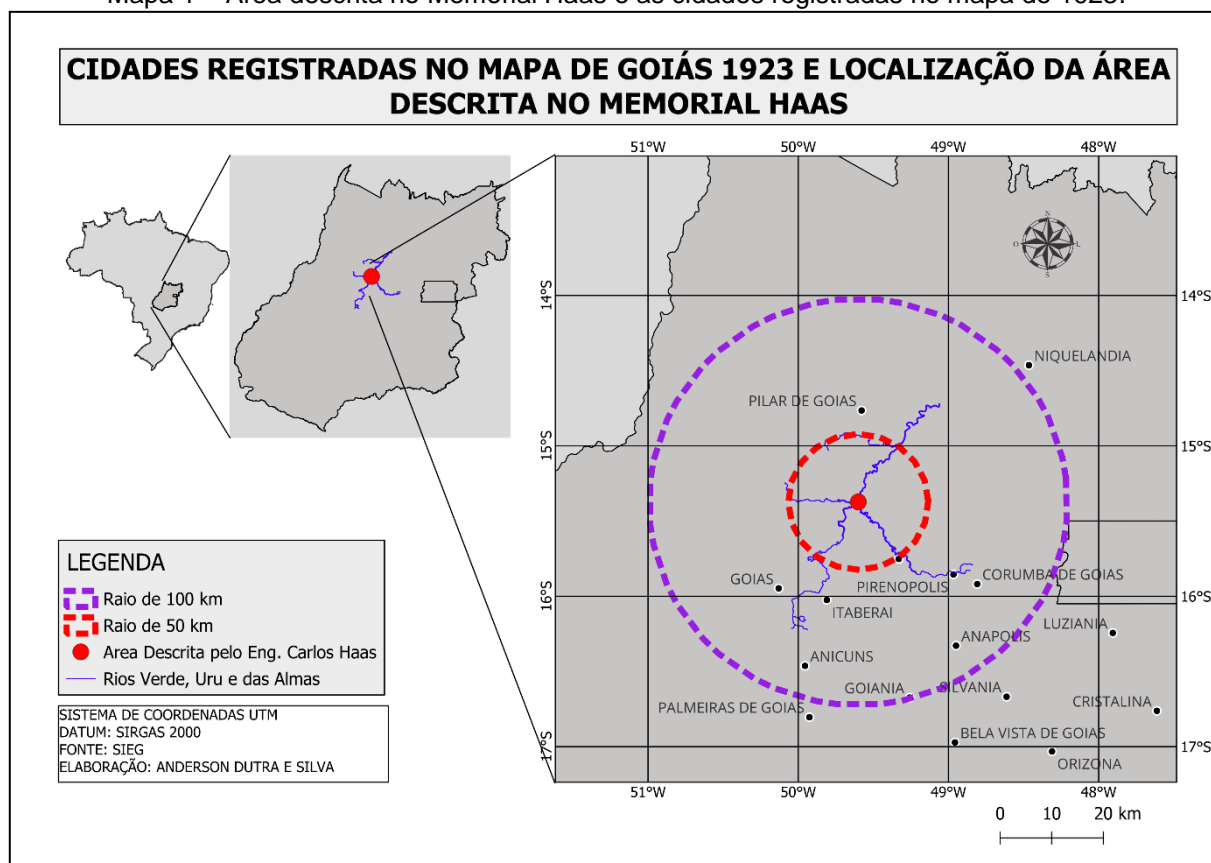
Parece satisfazer todas as condições acima exaradas, encontra-se no município da Capital, entre os rios Urú e Verde, não muito distante à confluência destes no rio das Almas. Terras devolutas de uma fertilidade exuberante, com águas potáveis em profusão, forças hydraulicas de fácil aproveitamento, terreno bem conformado, subsolo firme e permeavel, com clima de chapada, isentas de febres intermitentes, logar aprazível, quasi equidistante dos povoados da Capital, Itaberahy, Jaraguá, São Francisco das Chagas e Pilar, perto de uma estrada de automoveis em trafico, dentro de um “Talweg” naturalmente aproveitavel para um traçado logico de estrada de ferro de penetração e ligação dos principaes systemas fluviais do Estado,

⁷ Voz do Povo, 1931 – Op. Cit.

parece nos difícil poder encontrar mais apropriadas para o projecto em questão.⁸

O mapa 1 mostra o local descrito pelo engenheiro. No raio imediato de 50 km, não há nenhuma cidade apontada no mapa de 1923. Porém, quando se utiliza um raio de 100 km, percebe-se uma abrangência maior, inclusive se sobrepondo à capital da época e o que seria a futura capital. Uma das preocupações que se percebe no relatório é o domínio do município da capital e a propriedade sobre as terras que deveria ser pública. A confluências de rios de vazão considerável apontaria um local de abundância fluvial para suprir as necessidades de uma população de até 50.000 habitantes (descrito no memorial como condição), além de poder atrair indústrias pela produção elétrica. A fertilidade é um fator importante, pois o centro urbano se tornaria o entreposto para distribuir a produção agrícola para os polos consumidores do sudeste do país. Para isso, inclusive, a facilidade de transporte terrestre era fundamental. A “fórmula de sucesso” defendida por Garnier (Choay, 2015) e pelos *boosters* de Chicago (Cronon, 1991) parece ecoar no discurso goiano da década de 1930. A natureza deveria fornecer as riquezas para sustentar o empreendimento, o qual asseguraria, na visão do engenheiro, o desenvolvimento econômico do estado.

Mapa 1 – Área descrita no Memorial Haas e as cidades registradas no mapa de 1923.

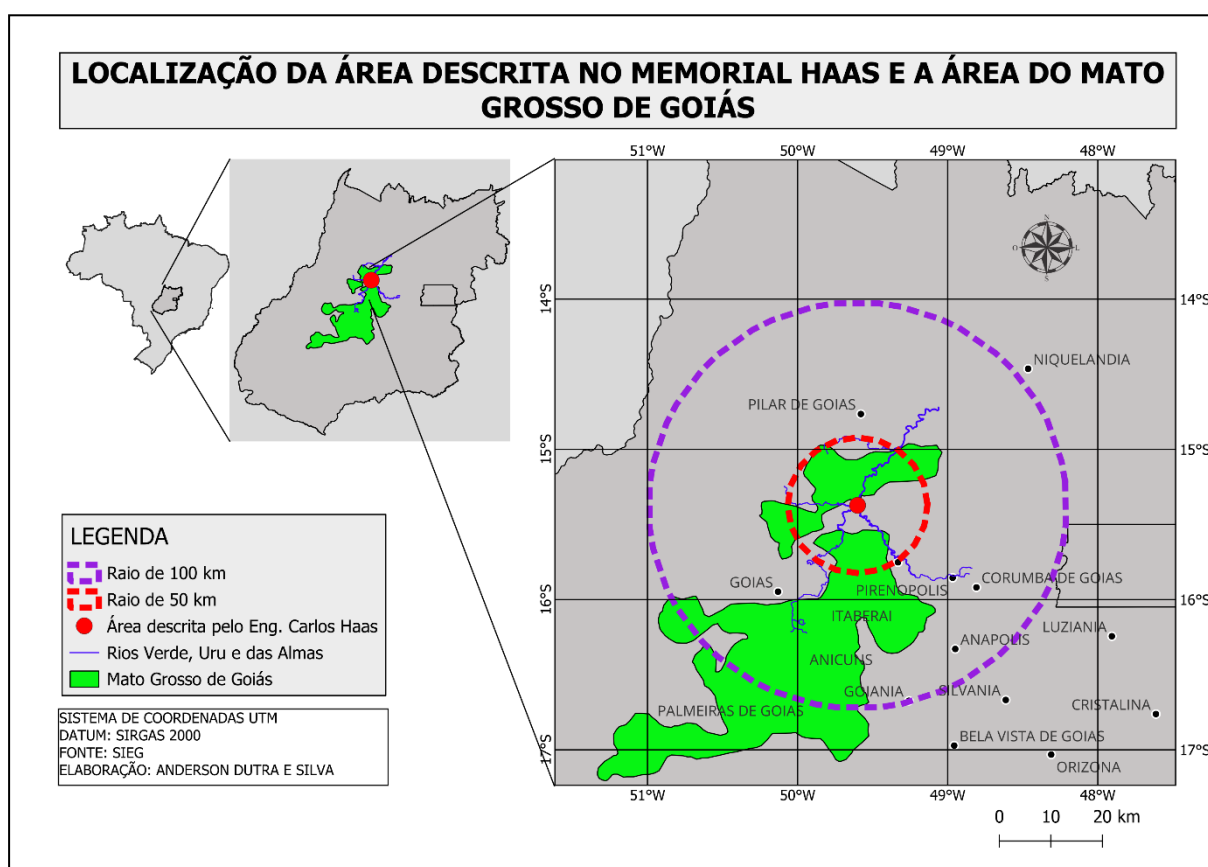


Fonte: própria (2024).

⁸ Voz do Povo, 1931 – Op. Cit.

O papel do meio ambiente é, de certa forma, ambíguo: generoso e hostil. Generoso por dispor tamanha fartura, louvada na fertilidade do solo e na abundância das águas. Hostil devido ainda não estar totalmente sob o domínio do ser humano. O engenheiro louva a chegada da ferrovia à Zona da Mata (ver a área definida como Mato Grosso de Goiás no mapa 2). Tal evento, segundo ele, foi capaz de iniciar a mudança no uso do solo das imediações, fazendo surgir lavouras e pastagens. A possibilidade de se produzir, em especial, café dotaria o estado de capacidade de se assemelhar ao estado de São Paulo, que se tornou rico em exportar tal produto. No entanto, no seu ponto de vista, as terras que julgava que seriam as mais férteis do país deveriam ser “domesticadas” pelo poder da nova cidade, a qual “tornar-se-ia a verdadeira Metrópole do Centro e os ubérrimos *mattagães goyanos*, onde hoje ainda imperam a onça e o tapir virão transformar-se em uma das zonas mais populosas e mais ricas do Brasil”⁹.

Mapa 2 – Localização do Mato Grosso de Goiás.



Fonte: própria (2024).

Tal dualidade do pensamento sobre o meio ambiente o supunha apenas como recurso, à medida em que a madeira, o solo e as águas propiciariam riquezas, mas não sem antes serem pavimentados e disciplinados ao traçado geométrico dos *boulevares* e praças. Os jardins e bosques teriam nada além de um caráter utilitário, desde que submetidos a disposições contidas e ajustadas ao meio urbano, que nada lembraria o ambiente selvagem. Segundo Frederick Law Olmsted, essa importância dos parques urbanos seria

⁹ Voz do Povo, 1931 – Op. Cit.

capaz de sensibilizar, até mesmo, as populações mais desfavorecidas, possuindo um papel moralizante (Beveridge, 2015). Por fim, o discurso de que a metrópole sonhada e pensada segundo a abordagem do urbanismo do início do século XX, a cidade industrial, deveria pousar sobre solos do sertão se iniciava. No alvo estava sempre se tornar semelhante aos grandes centros urbanos, primeiramente brasileiros, mas, em horizonte mais distantes, europeus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Anteriormente ao movimento denominado Marcha para o Oeste, as partes mais centrais do Brasil se encontravam em um estágio de baixo povoamento. A baixa densidade demográfica e o distanciamento dos centros consumidores dificultavam uma maior exploração dos recursos, mesmo que esses existissem em abundância. Se, por um lado, as oligarquias de determinadas regiões se beneficiassem desse considerado atraso, a urgência de se adequar à modernidade industrial do século XX inspirava desejos por uma metrópole utópica. Essa utopia era traçada por uma nova ciência que se solidificava e se afirmava na tentativa de corrigir os malefícios das fábricas poluentes e das habitações insalubres.

Se as preferências políticas da época fizeram recair sobre o improvável interventor Pedro Ludovico Teixeira a missão de dinamizar a economia de um estado exclusivamente agropecuário, a ele se uniram outros que desejavam respirar os ares das cidades mais importantes do Brasil dessa época. A planificação, experiência latino-americana fundamentada em conceitos europeus, tentava “sanitizar” velhos centros “inadequados”, entregues à sujeira e ao opróbrio. Mesmo que a cidade de Goiás, a velha capital, não compartilhasse de idênticos problemas de Rio de Janeiro e São Paulo, parecia totalmente inadequada aos olhos daqueles que desejavam se parecer com uma Europa industrial.

O meio ambiente era uma barreira a ser vencida, substituindo os domínios das feras pela domesticação dos espaços, contidos e ordenados. A natureza figurativa e pitoresca que ocupasse cenários era buscada e louvada como paliativo aos males que surgiriam das chaminés e dos despejos indesejáveis. A paisagem original só serviria de fundamento para o solo que se transformaria à medida que se adentrava, ligando-se ao que poderia transportar o produto daquilo que se plantasse daqui a além-mares, a troca de dinheiro. Fartura e exuberância, qualidades naturais de regiões de matas, como no caso do Mato Grosso de Goiás, representaram um papel importante nos discursos sobre a construção de uma nova capital para Goiás. O volume e a abundância de rios esperançavam a produção de energia que impulsionaria fábricas, mesmo sem que houvesse nem a prospecção de minérios, nem tampouco se idealizasse quais produtos pudessem ser manufaturados. Parece, no entanto, que o resultado pouco importava e, sim, os objetivos de desenvolvimento econômico baseado na mudança de um estado rural para outro, urbano. Nesse processo, quanto maior o adensamento populacional melhor. As cidades populosas significavam uma mudança de etapa, construindo edifícios, impulsionando as transformações no campo. A capital foi construída, trazendo consigo a gente que a povoou, criando novos centros, avançando ao oeste que se denominara sertão. Porém, a contrário do que desejava Carlos Haas, não se assentou junto à confluência dos rios e a ferrovia tardou mais que esperado, mesmo que as estradas acelerassem a derrubada de matas, o plantio de lavouras e formação de pastagens.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, Aziz N. The Natural Organization of Brazilian Inter-and Subtropical Landscapes. **Revista Do Instituto Geológico** 21, no. 1–2, p. 57–70, 2000.
- A NAVEGAÇÃO aérea no Brasil e a criação do Ministerio do Ar. **O Jornal**, 05099 (2) - 02/02/1936.
- BEVERIDGE, Charles E. (ed.). **Olmsted: writings on landscape, culture, and Society**. New York: The Library of America, 2015.
- BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- CAMPOS, F. I. **Questões agrárias: bases sociais da política goiana**. Anápolis: Kelps, 2015.
- CHOAY, Françoise. **O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia**. 7.ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- COY, Martin; KLINGLER, Martin; KOHLHEPP, Gerd. De frontier até pós-frontier: regiões pioneiras no Brasil dentro do processo de transformação espaço-temporal e sócio-ecológico. **Confins (Revista franco-brasileira de geografia)**, v. 30, p. 1-48, 2017.
- CRONON, William. **Nature's Metropolis: Chicago and the Great West**. New York: W. W. Norton & Co., 1991.
- DRUMMOND, José A. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 4 n. 8 (1991), p. 171-197
- DUTRA E SILVA, Anderson; DUTRA E SILVA, S. A natureza e a modernidade urbana de Goiânia nos discursos da cidade símbolo do Oeste brasileiro (1932-1942). **Historia Crítica**, n. 74, p. 65–93, 2019.
- DUTRA E SILVA, Sandro. **No Oeste a Terra e Céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.
- DUTRA E SILVA, Sandro. Ecological Ideas and Historical Construction of the Brazilian Cerrado. In: **Oxford Research Encyclopedia of Latin American History**. Oxford University Press, 2014.
- DUTRA E SILVA, Sandro. Challenging the Environmental History of the Cerrado: Science, Biodiversity and Politics on the Brazilian Agricultural Frontier. **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC)**, v. 10, n. 1, p. 82–116, 2020.
- GEOGRAPHIA- Atlas do Brasil e das Cinco Partes do Mundo - 1ª Parte: noções de geografia geral da América do Sul e do Brasil. 2.ed, revista e atualizada. Rio de Janeiro: F. Brigueit & cia., 1923
- KEYES, Jonathan. A Place of Its Own: Urban Environmental History. **Journal of Urban History**. v. 26, n. 3, p. 380-390, 2000.
- KOHLHEPP, Gerd. Transformações da Paisagem Natural no Norte do Paraná entre as Décadas de 1930 e 1980: Da Monocultura do Café à Modernização Agrária e suas Consequências Ecológicas, Econômicas e Sociais. **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC)**. v. 10, n. 2, p. 255–283, 2020.
- LEJEUNE, J.-F. The Landscape: Nicolas of Forestier and Great. **The Journal of Decorative and Propaganda Arts**, v. 22, n. 1996, p. 150–185, 1996.
- LEJEUNE, Jean-F. *et al.* The city as landscape: Jean Claude Nicolas Forestier and great urban works of Havana, 1925-1930. **The Journal of Decorative and Propaganda Arts**, v. 22, p. 150–185, 1996.
- MAIA, João M. E. Fronteiras e state-building periférico: o caso da Fundação Brasil Central. **Varia Historia**, v. 35, p. 895-919, 2019.
- MAIA, João M. E. A imaginação da terra: o pensamento brasileiro e a condição periférica. **Tempo Social**, v. 25, p. 79-97, 2013.
- MAIA, João M. E. **Estado, território e imaginação espacial: o caso da Fundação Brasil Central**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- MAIA, João M. E. As ideias que fazem o Estado andar: Imagem Espacial, pensamento brasileiro e território no Brasil Central. **Dados**, v. 53, p. 621-655, 2010.
- MAIA, João M. E. **A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- MEMORIAL: ligeiras considerações acerca da mudança da capital do estado de Goyas. **Voz do Povo**, edição 186 de 27 de fevereiro de 1931.

- MENDONÇA, Jales G. C. **A Invenção de Goiânia: o outro lado da mudança**. 2.ed. Goiânia: UFG, 2018.
- MONZOTE, Reinaldo F. **Nuestro viaje a la Luna: La idea de la transformación de la naturaleza en Cuba durante la Guerra Fria**. La Habana: Fondo Editorial Casa de Las Américas, 2019.
- OLIVEIRA, H. A. DE; BEKER, S. S.; DOMINGOS, J. M. Goiânia-GO: Um Projeto de Cidade-Jardim que não Resistiu às Forças do Progresso. **Fronteira: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 8, n. 3, p. 356–378, 2019. DOI: 10.21664/2238-8869.2019v8i3.p356-378. 2019.
- PASSA sobre Goiaz um 'sopro de progresso' Jornal do Brasil Edição 0005 (1) – 07/01/1937.
- PLATT, H. L. The emergence of urban environmental history. **Urban History**. v. 26, n. 1, p. 89-95, 1999.
- PORTUGALI, Juval. On relevance in geography: Thünen's isolated state in relation to agriculture and political economy. **Geoforum**, v. 15, n. 2, p. 201-207, 1984.
- SABINO Jr., Oscar. **Goiânia Documentada**. São Paulo: Edigraf, 1960.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. v. 1
- SCHOTT, Dieter. Urban environmental history. What lessons are there to be learnt? **Boreal Environment Research**, n. 9, p. 519-528, 2004.
- SMITH, Henry N. **Virgin Land: the American West as Symbol and Myth**. Cambridge: Harvard University Press, 2009.
- STEPHENSON, Bruce. Urban Environmental history: the essence of a contradiction. **Journal of Urban History**, n.31, p. 887-898, 2005.
- SOSA, Marisol R. O Rio de agache e a Havana de Forestier. São Paulo: IX Seminário de história da cidade e do urbanismo. **Anais**. São Paulo, 4 a 6 de setembro de 2006.
- TURNER, Frederick J. **The frontier in American history**. Mineola: Dover Publications, 2010.
- WEBB, Walter P. **The great frontier**. Reno: University of Nevada Press, 2003.
- WHITE, Richard. **The Frontier in American Culture: an exhibition at the Newberry Library**, August 26, 1994-January 7, 1995. Berkeley: University of California Press, 1994.
- WORSTER, Donald. **Under Western Skies: Nature and History in the American West**. Nova York: Oxford University Press, 1992
- WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Anderson Dutra e Silva: Doutorando. Universidade Estadual de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais do Cerrado, Anápolis, Goiás, Brasil.

Patrick Thomaz de Aquino Martins: Doutor. Universidade Estadual de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais do Cerrado, Anápolis, Goiás, Brasil.

Sandro Dutra e Silva: Doutor. Universidade Estadual de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais do Cerrado, Anápolis, Goiás, Brasil; Universidade Evangélica de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente, Anápolis, Goiás, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Av. Edmundo Pinheiro de Abreu n. 423, Apt. 101, Setor Bela Vista, Goiânia.

ORIGEM DO ARTIGO

Não se aplica.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.



CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: os autores

Coleta e análise de dados: os autores

Discussão dos resultados: os autores

Revisão e aprovação: os autores

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Anderson Dutra e Silva, Patrick Thomaz de Aquino Martins e Sandro Dutra e Silva. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

Jo Klanovicz.

HISTÓRICO

Recebido em: 12 de dezembro de 2023

Aprovado em: 14 de fevereiro de 2024

Como citar: DUTRA E SILVA, Anderson; MARTINS, Patrick Thomaz de Aquino, DUTRA E SILVA, Sandro. influências da criação de Goiânia na urbanização do Mato Grosso de Goiás. *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 56, p. 101-116, 2024.

